



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Ata do Conselho Municipal de Educação

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, pelas dezasseis horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia do Conselho Municipal de Educação de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sendo inicialmente presidida pelo Sra. Vereadora da Educação, Maria da Graça Madeira de Brito Silva, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

1. Reorganização e consolidação da rede escolar do concelho de Oliveira do Hospital – Agregação de Unidades de Gestão.

Aberta a sessão, a Sra. Vereadora da Educação deu as boas vindas a todos e agradeceu a disponibilidade dos elementos do Conselho Municipal da Educação que se encontravam presentes: o Representante da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos de Ensino, Dr. Rigoberto Correia; o Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Dr. Marco Veloso; a representante dos docentes do Ensino Secundário Público, Dra. Maria Adelaide Rafael; a Presidente da Associação de Pais do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas e Escola Secundária, a Dra. Ana Álvaro; a representante das IPSS's que desenvolvem atividades na área da educação, Dra. Marta Pereira; a Coordenadora da Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte 1, Dra. Guiomar Sarmento; a representante do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, Dra. Maria Coimbra; o representante do Destacamento Territorial de Lousã, Cabo Costa e o representante das Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital, Prof. João Dinis.

A Sra. Vereadora informou que o Sr. António Lopes, a Educadora Maria Luísa Dias e a Dra. Celeste Moura não puderam estar presentes, tendo justificado as suas faltas.

Em seguida, a Sra. Vereadora, agradeceu aos presentes por terem vindo a esta reunião marcada extraordinariamente.

Referiu que tendo em conta a voz ativa que o CME teve no processo de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

agregações, não ficaria bem à Câmara Municipal, não partilhar com todos a decisão do Ministério da Educação e Ciência relativamente a este assunto.

Lamentou o facto da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ter tido conhecimento de uma decisão tão importante para o concelho, através dos meios de comunicação social.

Informou que só depois de vários jornais nacionais e regionais terem anunciado a agregação de estabelecimentos, nomeadamente no concelho de Oliveira do Hospital, e só passadas vinte e quatro horas é que foi dado conhecimento à Câmara Municipal através de um *email* enviado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos de Ensino, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 1).

Depois de ter lido o referido *email* a Sra. Vereadora informou que a única vez que a proposta de um só agrupamento de escolas esteve em discussão foi na reunião realizada no mês de dezembro de dois mil e doze onde estiveram presentes os seguintes elementos: o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Sra. Vereadora da Educação, a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro, os presidentes dos conselhos gerais e os diretores dos agrupamentos de escolas e Escola Secundária.

A Sra. Vereadora da Educação informou que a proposta de agregação de escolas num só agrupamento foi de imediato repudiada.

Informou que a marcação desta reunião surgiu para dar a conhecer, aos elementos do Conselho Municipal de Educação, a decisão da criação de um só agrupamento no concelho de Oliveira do Hospital e, para que cada um se pudesse pronunciar, se assim o entendessem.

Deu conhecimento que o Município de Oliveira do Hospital elaborou uma carta aberta para os professores e restante comunidade a expor a sua posição quanto à agregação de escolas, que passou a ler e que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 2).

Seguidamente, a Sra. Vereadora sublinhou a falta de ética e lealdade institucional demonstrada pela então Diretora Regional de Educação do Centro, que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

assumiu desde o início da reunião de negociação uma posição na defesa de um único agrupamento mostrando-se insensível às opiniões e argumentos apresentados pelos diversos parceiros.

Informou que o Município de Oliveira do Hospital não iria ficar calado e que a carta aberta tinha sido a primeira medida mas que iriam existir mais mesmo que nada venha a ser alterado.

Terminou dizendo que as medidas a tomar servirão para demonstrar que não concordam com a decisão tomada, mostrar a dor e o desagrado.

Em seguida, foi dada a palavra ao Representante da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos de Ensino, Dr. Rigoberto Correia para fazer alguns esclarecimentos relativamente à tomada de posição apresentada pela Sra. Vereadora tendo também passado a ler um documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 3).

Relativamente ao documento lido pelo Dr. Rigoberto a Sra. Vereadora informou que a autarquia não tinha recebido nenhum *email* que desse a conhecer o envio de uma terceira proposta para o Senhor Secretário de Estado.

Em seguida tomou a palavra o Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino que começou por pedir desculpa pelo atraso na sua chegada e agradeceu a presença dos elementos do Conselho Municipal de Educação.

Disse que foi lamentável a forma como a DREC se comportou no processo das agregações.

Continuou, dizendo que o Dr. Rigoberto não tinha estado presente nas várias reuniões realizadas com a DREC acerca deste assunto, pelo que, não poderia vir tentar defender o indefensável. O Sr. Presidente afirmou que neste processo não houve respeito pelos pais, professores, escolas, concelho, funcionários, diretores e alunos.

Afirmou ainda que esta decisão só veio provar que a decisão já estava tomada há muito tempo.

Referiu que o que a DREC e o Senhor Secretário de Estado fizeram ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

concelho, relativamente às agregações, foi um atentado.

O Sr. Presidente acrescentou que aquando da realização da reunião com os presidentes dos conselhos-gerais, diretores dos agrupamentos de escolas e a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro, ainda não tinha conhecimento da notícia que tinha saído num jornal acerca das palavras proferidas pela Sra. Diretora Regional. Notícia, essa que dizia que a Sra. Diretora Regional tinha dito que queria acabar com algumas capelas em Oliveira do Hospital.

Esclareceu que tudo o que disse à Sra. Diretora Regional de Educação do Centro aquando da realização da referida reunião foi sem ter conhecimento da notícia que vinha no jornal e só quando tomou conhecimento da mesma é que percebeu que a decisão da criação de um só agrupamento já estava tomada anteriormente.

Na sua opinião este foi um processo mal conduzido como haverá poucos no País.

O Sr. Presidente informou que irá avançar para tribunal porque não foram respeitadas as sugestões de todos os parceiros.

Informou ainda que não perdoará às pessoas responsáveis, por todo este processo que agregou só por razões economicistas, sem ter em conta a especificidade do concelho.

Por fim, o Sr. Presidente referiu que percebe a posição do Dr. Rigoberto, no entanto – e, na sua opinião – o Município de Oliveira do Hospital ter sabido da decisão através da Comunicação Social é lamentável.

Em resposta à intervenção do Sr. Presidente, o Dr. Rigoberto, leu um *email* que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata (anexo 4) enviado pela DREC para o Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado acerca das agregações.

Depois de lido o referido *email* o Sr. Presidente referiu que houve por parte do Presidente do Município de Oliveira do Hospital uma última tentativa de o “crime” não ser tão grande mas mesmo assim verificou-se que a decisão já estava tomada.

O Sr. Presidente, referiu que quem ler o *email* que o Dr. Rigoberto leu (anexo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

4) fica com a impressão de que o Ministério de Educação e Ciência ouviu os vários parceiros e que estes estão de acordo com o que foi feito no concelho de Oliveira do Hospital. Informou que isso não corresponde à verdade porque ninguém está de acordo com a decisão tomada.

Em seguida tomou a palavra a Presidente da Associação de Pais do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas e Escola Secundária, a Dra. Ana Álvaro que começou por dizer que esteve presente, como conselheira, na apresentação da proposta do PEL e referiu que se recordava que aquele estudo apontava para três agrupamentos de escolas tendo em conta as características geográficas do concelho.

Continuou dizendo que teve o cuidado de ir ao *site* do Ministério da Educação e Ciência e retirar a nota introdutória à criação dos mega-agrupamentos onde referia que teriam sempre em conta as características geográficas e que este seria um dos primeiros critérios a ser observado.

Perguntou porque é que em Oliveira do Hospital o referido critério foi deixado para o lixo.

Retomando a palavra, o Sr. Presidente, afirmou que a decisão tomada não teve em conta os interesses de qualidade educativa dos alunos nem a qualidade pedagógica.

Acrescentou que sempre foi um homem que lutou pelo que acreditava e, por esse motivo, e por acreditar que o que aconteceu no concelho relativamente à decisão de criação de um mega-agrupamento foi lastimável irá lutar.

Em seguida, tomou a palavra a Coordenadora da Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte 1, Dra. Guiomar Sarmiento, que fazendo uso da palavra começou por referir que o Sr. Presidente e a Sra. Vereadora de Educação, são ambos professores, pelo que estão sensibilizados para esta questão da criação dos mega-agrupamentos e referiu que não os viu assim a lutar quando foi do agrupamento do Centro de Saúde e que Oliveira do Hospital encontra-se muito abaixo dos outros. Informou que a sede é na Lousã, a unidade de saúde pública é em Poiares e nunca lutaram para que Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Hospital tivesse algo em termos de gestão.

Informou ainda que Oliveira do Hospital encontra-se no fim dos catorze concelhos do agrupamento de centros de saúde.

Relativamente à intervenção da Dra. Guiomar Sarmento o Sr. Presidente afirmou que a Dra. Guiomar estava enganada porque relativamente ao agrupamento dos centros de saúde foi levado um documento a reunião de Câmara Municipal como poderá verificar nas ata da referida reunião.

Acrescentou ainda que não podia pedir que num total de vinte concelhos se colocasse a sede em Oliveira do Hospital. Referiu que de igual modo não seria razoável que, por exemplo, a CIMPIN tivesse a sua sede em Oliveira do Hospital.

Terminou dizendo que por uma questão de centralização, tendo em conta o território envolvido, não seria possível lutar para que a sede do Centro de Saúde fosse em Oliveira do Hospital.

Retomando a palavra, a Dra. Guiomar referiu que dentro dos agrupamentos de escolas que existem atualmente havia agrupamentos em que conseguia desenvolver atividades de saúde e noutros não conseguia porque a gestão não deixava. Esclareceu que o que estava e querer dizer era que se a criação do mega-agrupamento viesse facilitar que o Centro de Saúde conseguisse fazer as suas atividades de saúde nas escolas, seria bom.

Esclareceu ainda que entendeu de tudo o que foi dito que o que vai ser comum é a gestão e que rentabilizar meios é que se faz hoje em dia em todos os sectores.

Em seguida tomou a palavra o Sr. Presidente para dizer que como a Dra. Guiomar vive há pouco tempo no concelho de Oliveira do Hospital seria normal não conhecer a escultura, a história e a tradição da educação no concelho e que por esse motivo é que fez uma análise política de números do que vai ouvindo e comparou com algo que não seria possível comparar.

A Dra. Guiomar clarificou que não conhece a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro e que não houve, da sua parte, qualquer questão política.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Esclareceu que pensa a longo prazo e que se estivesse no Ministério de Educação ou no Ministério da Saúde via a maneira como o País se encontrava e tinha em conta que a população se encontra a decrescer e que cada vez há menos crianças.

O Sr. Presidente questionou a Dra. Guiomar se achava que havia futuro caso se fosse secando tudo o que está à volta do concelho.

A Dra. Guiomar referiu que não foi dito que se iam fechar agrupamentos, e esclareceu que o que foi dito é que a gestão passaria a ser única.

O Sr. Presidente referiu que as pessoas não poderiam ser vistas como números e que não concordava com a opinião da Dra. Guiomar.

A Dra. Guiomar informou que é médica de saúde pública e que o seu trabalho é trabalhar com as populações e que tratar as populações é uma visão macro. Informou ainda que vê que a médio ou longo prazo teremos uma população infantil a diminuir e que como coordenadora da saúde escolar do ACES PIN e tendo a sua visão macro deverá existir uma linha gestora comum que permita que se façam as atividades de saúde nos diferentes locais de igual forma. Voltou a referir que não conhece a Dra. Cristina Oliveira e que não há questões políticas na sua opinião e que não poderá concordar com tudo o que é dito pelo Sr. Presidente.

Em seguida foi dada a palavra ao Prof. João Dinis que começou por informar que faz parte do conselho-geral do Agrupamento de Escolas da Cordinha e que na última reunião em participou já havia sido apresentada, por parte do Município de Oliveira do Hospital, uma proposta de dois mais um, perante a eventualidade da criação de um agrupamento único.

Informou também que desconhecia que o Município de Oliveira do Hospital, posteriormente, tinha feito uma proposta de dois agrupamentos, pelo que referiu que também não tinha ficado satisfeito por só ter sido informado na presente reunião.

Disse que em conselho-geral referiu que estava em desacordo com a proposta apresentada pelo Município de Oliveira do Hospital e com a proposta apresentada pela DREC. Disse ainda que o único objetivo das agregações é cortar,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

cortar e cortar.

Continuou dizendo que existem os capatazes nacionais das histórias desse bando de bandidos que estão a mandar no País. Referiu que esse bando que manda no País está a limpar metade dos salários dos portugueses em impostos. Acrescentou que estão a roubar para dar aos banqueiros e que estão a acabar com o ensino público das crianças do nosso País.

Afirmou que existem capatazes nacionais e regionais, que existem em Coimbra e em Oliveira do Hospital. Disse que esses capatazes existem porque veem os seus privilégios defendidos e que as suas crianças, se for preciso, frequentarão os melhores colégios e as melhores universidades.

No caso concreto e voltando à situação em apreço de Oliveira do Hospital vai haver um só diretor do mega-agrupamento e quando as crianças da sua terra e alguns pais das crianças do povo quiserem falar com o mega-presidente, perguntou onde é que o irão encontrar. Afirmou que provavelmente terão de fazer uma marcação antecipadamente.

Referiu que o que é perverso em todo o processo é que as consequências virão só daqui a uns anos. Acrescentou que não seria amanhã que se ia verificar o crime pedagógico que vai ser feito e que tem responsáveis: os senhores ministros, o senhor Primeiro-Ministro, o senhor Presidente da República, o senhor Secretário de Estado, a senhora Diretora Regional de Educação do Centro e, outros por aí abaixo.

Afirmou que tudo isto acontece para que os filhos do povo continuem a ser povo e os filhos dos doutores continuem a ser doutores pois o sistema de educação reproduz a realidade em que se insere.

Referiu que neste caso concreto lhe parece que os principais responsáveis foram o senhor Secretário de Estado e o Ministro da Educação e Ciência, embora a senhora Diretora Regional de Educação do Centro tenha a sua quota-parte de culpa.

Constatou que lhe parece complicado o facto de num dos documentos lidos a Dra. Cristina Oliveira estar a deitar a culpa para cima do Município de Oliveira do Hospital. Nesse documento é insinuado que o Município de Oliveira do Hospital é



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

que teve culpa da situação. Verificou que esta situação é como a situação do encerramento das freguesias em que foi criada a lei e nós e que temos a culpa.

Continuando, disse que na sua opinião, não se podem esquecer que a Dra. Cristina Oliveira não é a principal responsável por todo o processo.

Disse que se colocarmos a situação da parte do Município de Oliveira do Hospital ela será a única responsável como está escrito na Carta Aberta (anexo 2) e que se passa a centrar isto numa luta política para as eleições à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e afirmou que com isso não concordava.

Deu a conhecer que há uma posição da Assembleia Municipal, aprovada por maioria, e que foi apresentada por si contra a questão da criação do mega-agrupamento no concelho de Oliveira do Hospital.

Disse ainda que neste momento a conversa já estava feita, os dados estavam lançados e que, na sua opinião, faltava envolver a população.

Na sua opinião os senhores que mandam no País vão ser corridos antes de se consumarem estas decisões e que não haverá outra hipótese senão dar-lhes um passaporte para uma viagem, só de ida, para a China.

Referiu que caso se verifique que esta situação se vira contra as nossas crianças, então lutaremos até onde for possível e manifestaremos o nosso desacordo.

Afirmou que a Dra. Cristina virá em outubro e cá estarão para fazerem as contas e apelou, que neste momento, não se faça dela o alvo número um, porque não o é.

Terminada esta intervenção, tomou a palavra a Sra. Vereadora da Educação que tendo em atenção o *email* datado de quatro de janeiro do corrente ano e que foi lido pelo Dr. Rigoberto ficou bem claro que em defesa do cenário A, B ou C ou em defesa da hipótese 1, 2 ou 3, a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro, debateu e defendeu sempre o mesmo: a criação de um só mega-agrupamento no concelho de Oliveira do Hospital.

Relativamente ao documento lido pelo Dr. Rigoberto e que ficou anexo à ata,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

a Sra. Vereadora afirmou que é de lamentar o facto de estarem transcritos passos que foram dados e que não foram dados a conhecer ao Município de Oliveira do Hospital. Acrescentou que seria natural o Dr. Rigoberto não concordar com a posição do Município de Oliveira do Hospital relativamente às agregações porque como o próprio pôde constatar o executivo não tinha tido conhecimento de alguns passos que foram dados.

Informou aos presentes que tinha sido pedido um telefonema à Sra. Diretora Regional de Educação do Centro para entrar em contacto com a Câmara Municipal e que esta não teve a amabilidade e a simpatia de o fazer, aliás, só o fez depois de ter sido elaborada a carta aberta com a posição do Município de Oliveira do Hospital relativamente a este assunto.

Disse que no documento lido pelo Dr. Rigoberto também existem questões que não correspondem ao que o mesmo diz ser a verdade, nomeadamente, na parte em que é dito que o Município de Oliveira do Hospital tinha tido oportunidade de hoje se encontrar com uma melhor opção e que não a quiseram aceitar.

Questionou como é que num espaço de seis meses se muda tão depressa o panorama. Tendo o Dr. Rigoberto respondido que a resposta a essa questão está explanada no documento que foi lido e que ficou a fazer parte desta ata.

A Sra. Vereadora verificou que a proposta da DREC teve apenas em conta o número de alunos e que a questão geográfica do concelho não teve qualquer importância mesmo sendo um dos principais critérios a ter em conta nas agregações.

Em seguida, o Sr. Presidente questionou o Dr. Rigoberto se tinha conhecimento de no País já ter sido feita uma agregação de cinco agrupamentos, ao qual, o Dr. Rigoberto afirmou que não tinha conhecimento de nenhum caso.

O Sr. Presidente continuou dizendo que os passos foram dados, o Ministério de Educação e Ciência já tomou a decisão e que é verdade que esta medida apareceu no Governo Socialista. Salientou que o Governo Socialista teve o bom senso de não conduzir o processo desta maneira.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente ao que o Sr. Presidente tinha acabado de dizer, a Dra. Guiomar acrescentou que até estava admirada por ainda não terem sido feitas agregações no concelho.

Tomou também a palavra o Prof. João Dinis para informar que os matadores de freguesias, os matadores de escolas e os matadores dos direitos das populações são *personas non gratas* em Vila Franca da Beira.

Retomando a palavra, o Sr. Presidente, informou que numa reunião informal disse à Sra. Diretora Regional de Educação do Centro que se fosse preciso falava com o Sr. Secretário de Estado porque tinha como o fazer, e que a Sra. Diretora respondeu que não seria necessário porque ela própria falaria e que depois ligaria ao Sr. Presidente.

Como já tinha referido costuma lutar pelas coisas em que acredita e não costuma pedir a ninguém que o faça por ele. Admitiu que ficou espantado e desapontado quando soube que afinal já tinham saído notícias sobre as agregações e que relativamente ao concelho de Oliveira do Hospital a decisão já estava tomada. Acrescentou que mais desapontado ficou quando só depois de ter dado conhecimento da carta aberta à comunicação social é que a Sra. Diretora Regional se lembrou de fazer a chamada.

Para terminar o Sr. Presidente afirmou que vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para travar todo este processo.

Em seguida a Dra. Guiomar perguntou qual era a contraproposta da Câmara Municipal, tendo o Sr. Presidente, respondido que era a proposta apresentada pelo PEL. Proposta essa que representava a vontade de todos os parceiros e que não foi tida em conta pela DREC. Afirmou ainda que foi contra a vontade de todos os parceiros que a decisão da DREC foi tomada.

Seguidamente o Prof. João Dinis propôs que se votasse a seguinte proposta: rejeitar a criação de um mega-agrupamento no concelho de Oliveira do Hospital, tendo a proposta sido aprovada por maioria com um voto contra por parte do Dr. Rigoberto e uma abstenção por parte da Dra. Guiomar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Em seguida, tomou a palavra o Dr. Rigoberto para salientar que muitos pais reagem consoante o que lhes é transmitido e explicado.

Esclareceu que quando se procede a uma agregação o que acontece é que vai existir uma direção única, mas que cada estabelecimento vai ter um coordenador a tempo inteiro que vai coordenar todas as atividades no estabelecimento. Acrescentou ainda que vai ter um professor com a dispensa total da componente letiva a coadjuvar. Disse que não vai ser um só diretor mas sim cinco elementos.

Por fim informou que os serviços administrativos vão funcionar em todas as escolas.

A Dra. Ana Álvaro perguntou se a ex-DREC já tinha algum estudo relativo ao aproveitamento dos alunos que já estão em situação de mega-agrupamento. O Dr. Rigoberto informou que ainda não existe qualquer estudo.

Em seguida tomou a palavra o Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Dr. Marco Veloso que começou por dizer que tenta ver este processo pela visão técnica e não pela visão emocional.

Referiu que algo que ainda não tinha visto na presente reunião eram as questões técnicas.

Disse que qualquer proposta que fosse aqui colocada seria justificada, fosse por questões económicas ou fosse por qualquer outro critério.

Constatou que a proposta da DREC é perfeitamente aceitável pelo padrão económico. Acrescentou que a questão dos números era facilmente rebatida.

Afirmou que se fossem colocadas outras variáveis a proposta apresentada pela DREC não teria qualquer validade.

Referiu que a tutela apresentou uma proposta mas que se pode questionar qual a validade da mesma tendo em atenção os parâmetros apresentados.

Afirmou que foi utilizado um valor que é quase dogmático que é a questão das projeções demográficas. Acrescentou que o que foi apresentada foi uma tendência numérica e apenas isso. Pegaram-se em números de variação dos anos anteriores e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

aplicou-se uma fórmula.

Explanou que está provado que, em termos urbanos, qualquer zona em que sejam colocadas as condicionantes certas (educação, saúde, etc.) todas elas aumentam imediatamente a demografia. Logo, toda a projeção negativo para este concelho justifica-se pela retirada de infra-estruturas.

Salientou que as projeções demográficas geram que as projeções se tornem uma realidade.

Continuou, dizendo que existiam várias propostas e que uma saiu do Conselho Municipal de Educação e que foi fundamentada pelo PEL e ainda não viu, por parte da tutela, a refutação dessa mesma proposta.

Afirmou que ainda não percebeu porque é que a tutela refutou a proposta apresentada. Só viu um documento onde a tutela diz que uma proposta é a melhor que a outra e não justifica, claramente, sobre o porquê de terem colocado a proposta do PEL logo de parte.

Na sua opinião o que devia ser feito era solicitar que a tutela, tecnicamente, explicasse o porquê da proposta apresentada ter sido refutada e questionar ainda o porquê de não terem tido em conta a questão geográfica, a morfologia do território.

Propôs ainda que se questionasse qual a alteração caso tivessem tido as variáveis atrás referidas em conta.

Por fim referiu que antes de qualquer tomada de decisão emocional ou mesmo judicial deveria ser vista a questão em termos técnicos porque, na sua opinião, seria suficiente para causar algum novo trabalho e para que impedisse que a proposta que veio da tutela avançasse.

O Dr. Rigoberto referiu que será preciso ter noção que o Ministério da Educação e da Ciência tem competência para proceder às agregações.

O Sr. Presidente perguntou novamente aos, elementos presentes, o seguinte: se o Conselho Municipal de Educação repudiava a decisão do Ministério da Educação e da Ciência em criar um mega-agrupamento no concelho. Tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra por parte do Dr. Rigoberto e uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

abstenção por parte da Dra. Guiomar, que se repudiasse tal decisão.

Pelas dezoito horas e quinze minutos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei.

Oliveira do Hospital, 23 de janeiro de 2013.

José Carlos Alexandrino Mendes

Rosa Adriana Mendes de Jesus